



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0953/15	DATA: 22/06/2015	
LOCAL: Bairro Jardim Rosana, São Paulo-SP	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 11h52min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DORACI MARIANO - Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Rosana.
WELLINGTON RODRIGUES SOUZA - Membro da Associação dos Moradores do Jardim Rosana.
ROSÂNGELA SALES DOS SANTOS - Mãe de jovem assassinado no Jardim Macedônia.
PAULO ROBERTO CLEMENTE DA SILVA - Representante da Associação Capão Cidadão.
GABRIEL MEDINA - Secretário da Secretaria Nacional da Juventude.
LINDIVALDO JÚNIOR - Representante da SEPIR.
CLEBERSON DA SILVA PEREIRA - Representante da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências e representante do Plano Juventude Viva.
CLÁUDIO SILVA - Coordenador de Políticas para a Juventude da Cidade de São Paulo.
RENATO AMARO TORRES - Assessor do Vereador Abou Anni, da Câmara Municipal de São Paulo.
GILDO JOSÉ DOS SANTOS - Articulador do Plano Juventude Viva em Campo Limpo, São Paulo.
LECI BRANDÃO - Deputada Estadual.

SUMÁRIO

Depoimentos de familiares de vítimas da violência e de líderes comunitários.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada nas dependências da Associação dos Moradores do Jardim Rosana, São Paulo – SP.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas.

Quero convidar a comunidade para fazermos uma roda de diálogo aqui. Convido o Vereador Gustavo Petta, de Campinas; o Deputado Delegado Edson Moreira, que já está presente; a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes; o coordenador da CPI no Estado de São Paulo, o Deputado ex-Ministro Orlando Silva; o Sr. Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude; a Sra. Ângela Guimarães, Presidenta do Conselho Nacional de Juventude; o Sr. Claudino, Coordenador de Juventude da Prefeitura de São Paulo; os assessores especiais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR; e a Sra. Deputada Estadual Leci Brandão. *(Pausa.)*

Deputada Leci Brandão, o Deputado Orlando Silva a está convocando para a reunião da CPI. *(Pausa.)*

Nós teremos aqui mais ou menos 1 hora de diálogo, porque vamos fazer diligências em outras comunidades e teremos reunião também à noite. E todos estão convidados a estar presente na audiência pública na Assembleia Legislativa.

Esta CPI foi criada em março para apurar as causas, as razões, as motivações, os impactos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Nós estamos na segunda fase da CPI, depois de termos feito mais de 30 audiências. Esta CPI faz três audiências por semana: duas em Brasília, nas terças e nas quintas-feiras, e uma nas segundas-feiras, quando temos percorrido os Estados com audiências públicas e várias diligências.

O nosso objetivo é apurar casos emblemáticos. Nesta comunidade, há uma vítima de um caso que ainda requer justiça, e um caso dos piores, porque promovido por agentes do Estado que têm o dever constitucional de garantir direitos e não de violá-los. Por isso a Comissão fez questão de estar aqui presente, provocada pelo Deputado Orlando Silva.

A ideia da CPI é que possamos pedir o deslocamento de alguns casos emblemáticos para a Justiça Federal. Mas também queremos saídas mais emblemáticas, do ponto de vista sistêmico, no sentido de encontrarmos novas



legislações e planos de metas ousados para que possamos reduzir os homicídios no Brasil.

O Brasil hoje tem indicadores de guerra civil. São estarrecedores os indicadores. O Estado brasileiro convive com 60 homicídios para cada 100 mil habitantes. Num país civilizado, esse número não passa de 5.

Então, estamos nessa luta para encontrar medidas do ponto de vista preventivo e também para envolver todos os Poderes, a fim de fazermos um pacto republicano no Brasil a favor da vida, contra a violência.

A ideia aqui hoje não é falar, mas ouvir. Portanto eu quero encerrar a minha fala.

Na sequência, vou passar a palavra para a Relatora.

Muito obrigado pela presença. Um bom dia a todos e uma ótima semana.

Concedo a palavra à Deputada Federal Rosangela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Presidente Reginaldo Lopes, que já fez aqui uma explanação em relação ao trabalho, à função da nossa CPI.

Cumprimento também o Deputado Federal muito atuante naquela Casa, em Brasília, o Deputado Orlando Silva. A cada dia que vejo o seu trabalho, Deputado Orlando, a cada dia que vejo a sua atuação, concluo que o povo de São Paulo ganhou muito — aliás, o Brasil —, porque V.Exa. tem defendido o interesse do povo com muita inteireza de coração. Fico muito satisfeita de trabalhar ao seu lado e também ao lado do Deputado Reginaldo, homem que tem uma experiência vasta. Eu mesma o conheci trabalhando com a juventude. Quando eu era Coordenadora Nacional de Juventude, tive oportunidade de participar de várias audiências que o Deputado Reginaldo presidia.

Cumprimento o Deputado Delegado Edson também, Deputado não menos importante, com atuação brilhante na sua função, com eficiência.

Cumprimento ainda a Deputada Estadual Leci Brandão. Hoje tive a satisfação de estar ao seu lado. Eu a conhecia de longe, pelo trabalho com a cultura que V.Exa. desenvolve no Brasil inteiro.



E cumprimento, ainda, o Gabriel Medina e a Ângela, esses grandes guerreiros em prol da nossa juventude, do nosso povo menos favorecido; a Thabata, Coordenadora do PRB Mulher em São Paulo; o Vereador que conheci hoje; e todos os senhores e as senhoras que estão aqui presentes.

O tema com que nós estamos trabalhando e que abordamos aqui, agora, bom seria se não existisse, mas, infelizmente, essa é a realidade do nosso País. Eu, no meu primeiro mandato de Deputada Federal, Relatora desta CPI, faço questão de acompanhar todas as oitivas, porque quero trabalhar com muita responsabilidade na produção do relatório, para que no final possamos fazer os encaminhamentos necessários, justos e verdadeiros, para amenizar o sofrimento da nossa população.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer essa saudação para dizer aos senhores e às senhoras que estou aqui ouvindo. Ouvirei e participarei o dia inteiro desta atividade da CPI, juntamente com o nosso coordenador, que é o Deputado Orlando, no Estado de São Paulo, com toda a responsabilidade e o compromisso de, ao final desta CPI, entregarmos à população aquilo que elas esperam.

Mais uma vez, ouvi de uma moradora da comunidade — e sempre encontramos esse olhar e esse pensamento das pessoas —: *“É mais um grupo de pessoas que vem falar com a gente, mas que depois vai embora e não dá continuidade ao trabalho”*. Quero dizer aos senhores e às senhoras que a intenção do Presidente Reginaldo, a intenção dos Deputados desta CPI, a intenção do Deputado Orlando e a nossa intenção é realmente fazermos um trabalho com responsabilidade e, ao final da CPI, entregarmos à população aquilo de que nós precisamos: proposta de emenda à Constituição e plano de enfrentamento à violência.

E o que é mais importante, Deputado Reginaldo: esses dias eu recebi um *banner* de uma CPI de assassinato de jovens negros e pobres, em âmbito estadual, Deputado Orlando, Deputada Leci, lá em Recife, no Estado de Pernambuco. O que eu quero dizer é que nós estamos dando desmembramento a este trabalho também em outros Estados e nos Municípios. Eu acho que é importante não deixarmos morrer este trabalho, tirá-lo da invisibilidade e mostrar que nós estamos realmente com a responsabilidade de dar encaminhamento a solução para aquilo que nós não



aceitamos, que é o crescimento absurdo de assassinatos de jovens negros e pobres no nosso País, crimes que ficam impunes durante décadas.

Muito bom dia! Espero que possamos fazer um trabalho muito proativo aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

No final nós vamos passar a palavra para o Deputado Delegado Edson Moreira e também para a Deputada Leci Brandão.

Quero dizer que a Deputada Rosangela Gomes foi muito feliz. Nós estamos trabalhando para ver se o Brasil desnaturaliza as mortes dos nossos jovens negros e pobres. Há um silêncio no Brasil sobre a morte de negros pobres. Então, nós temos que romper esse silêncio, esse pacto do silêncio. E nós precisamos desnaturalizar a morte dos nossos jovens.

Por isso, eu quero passar a palavra e também a coordenação dos trabalhos para o Deputado Orlando Silva, que é o coordenador da CPI aqui no Estado de São Paulo. Ele vai coordenar os debates. Nós vamos começar ouvindo a sociedade civil. Depois nós também vamos ouvir os gestores, as lideranças que estão presentes, o Secretário Nacional de Juventude, a Ângela e os representantes da SEPPIR.

Passo a palavra e a coordenação dos trabalhos para o Deputado Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputado Reginaldo.

Bom dia a todos e a todas. Eu devo agradecer aqui a algumas pessoas que ajudaram a preparar o dia de hoje: o Claudinho, que está aqui e é da Coordenação da Juventude da Prefeitura; o Edson, da UNEGRO, que está aqui presente; o Juninho, do Círculo Palmarino, que também ajudou muito; o Paulão, da Capão Cidadão; e a turma da Nação Hip Hop — eu vi que o Marcelo estava por aí. São entidades que se juntaram a muitas outras. Infelizmente, pelo horário, nem todo o mundo pôde participar da reunião. Mas, ao longo do dia, sobretudo à noite, haverá chance para que todo o mundo participe.

Eu quero agradecer muito a presença à Deputada Rosangela Gomes; ao Deputado Reginaldo Lopes; ao Deputado Delegado Edson Moreira; à Deputada Leci



Brandão; ao ex-Deputado e Vereador em Campinas Gustavo Petta; ao Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude, que fez um esforço grande para vir aqui, porque sabemos que esse assunto tem um impacto maior sobre os jovens — a história do Bruno Wagner é a história de um jovem, não é? —; à Ângela também, que veio de Brasília, além de outros assessores que participam deste momento.

A ideia aqui é que nós façamos uma reunião não muito longa, que não dure muito mais do que 1 hora. A ideia é que nós comecemos ouvindo o Doraci, se o Doraci puder falar. O Doraci e o Wellington representam a Associação. Em seguida, nós gostaríamos de ouvir a D. Rosângela, que vai contar um caso ocorrido aqui perto, no Jardim Macedônia, porque é muito importante que ela relate o caso de um jovem, o Bruno, que morreu barbaramente também.

Quero dizer a vocês que nós ouvimos o relato da Débora, porque ela tinha uma dificuldade. A Débora era esposa do DJ Lah. Ela tem dificuldade pelo horário de trabalho e pediu que colhêssemos o depoimento dela antes da reunião, para que se registrasse a passagem da CPI aqui.

Então, o Doraci pode ser o primeiro a falar. *(Palmas.)*

O SR. DORACI MARIANO - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa, o Presidente, os Deputados aqui presentes, as lideranças. Quero cumprimentar também a D. Rosângela, a Débora, que está aí. Quero dizer para vocês que vocês são guerreiras. Se precisarem de nós, nós estamos juntos aqui para tentar dar um passo, agora, de verdade. Acho que o importante é que se inicie aqui essa... Na verdade, é a terceira audiência pública que acontece aqui, neste lugar. Mas sumiu todo o mundo. Os Parlamentares que passaram por aqui sumiram. A gente agradece a presença de vocês hoje.

É um lugar que ficou triste, as pessoas com medo. O que a gente vê aqui hoje é, às 9 horas da noite, ruas desertas, adolescentes e jovens trabalhadores andando aqui a passos largos, com medo. A alegria neste lugar acabou. A polícia nomeou esta rua como a Rua do 37º Batalhão. Então, parece que o povo agora virou inimigo da polícia. E as pessoas que passaram por aqui também sumiram. Ficamos esquecidos.

A gente acredita que este debate aqui... Quero eu entender que isso continue, que ande alguma coisa, porque até agora não andou nada. Fizemos tantas



passatas, ocupamos a Secretaria, fechamos as ruas, fizemos várias reuniões, conversamos com a juventude, conversamos com todo o mundo, e nada aconteceu. Ainda restam as lideranças aqui — Paulo Magrão, Gildo, Perna, Cleide, Júnior —, as pessoas da própria comunidade, as associações vizinhas, que vêm fazer um trabalho. Hoje é nisso que a gente acredita.

Eu estava conversando com o Juninho ali no início. Parece que restaram só os movimentos populares. A gente não vê mais nada. São os movimentos batendo de frente com a polícia, é o povo batendo de frente com a polícia. E os Parlamentares sumiram. Eu não entendo. Quem passou por aqui levou os votos, e a comunidade ficou abandonada. Essa é a realidade daqui da periferia. E os jovens, os negros, os pobres são alvo da polícia. Agora, eu pergunto para vocês: até quando nós vamos viver nessa situação?

Então, hoje se inicia aqui um trabalho. Fico feliz de vê-los aqui, mas a gente quer ir junto, quer participar. Fiquei ausente algumas vezes, porque aqui virou área de conflito. Tem a D. Rita, que é a mãe de um dos jovens também que faleceu, que já mudou três vezes de endereço. Liguei para ela ontem. Ela está em Peruíbe. De lá, já está indo para outro lugar. Infelizmente, ela não pôde vir aqui, mas deixou o contato dela à disposição de vocês. Numa próxima oportunidade, ela também quer falar. São as mães lutadoras. Vocês vão conhecer a história da Rosângela. A da Débora vocês já ouviram lá dentro. E tantos outros aqui na nossa região têm muita coisa para contar. Mas agradeço a presença a todos. E vamos aos trabalhos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Vai falar o Wellington agora. Depois falará a D. Rosângela.

O SR. WELLINGTON RODRIGUES SOUZA - Quero agradecer a todos os presentes. Bom dia, senhores e senhoras.

O que o Dora colocou aqui é uma situação muito triste, não é? Só quem presenciou o que aconteceu aqui é que sabe. Eu estava no dia, com o Dora e os meninos que treinam aqui. Foi um dia que a gente não tira da mente nunca mais, vendo polícia jogando farol alto um para o outro, subindo pra pegar as cápsulas, pra não ter vestígio lá. E a gente ficou abandonado. Vários pais ficaram tristes, porque perderam os filhos, e os filhos, porque perderam os pais, entendeu? Aí, acabou tudo



ficando como aqui? Ficou para a Associação. E aqui virou o quê? Uma espécie de abrigo pra esses jovens que ficaram sem os pais.

E a gente, como é forte, batalhador, principalmente o Dora, há 25 anos aqui dentro dessa Associação, erguida sem o apoio de nenhum político, de ninguém, a gente tem que acolher esses jovens pra fazer esse trabalho, pra não deixar que eles levem isso pra frente, fazendo vingança com as próprias mãos e tal. Não. Resgatamos pra cá, trouxemos pra cá. Uns jogam aqui, outros, como o Dora relatou, também se mudaram. Moravam ali em frente. E a gente fica fazendo esse trabalho de formiguinha.

É muito gratificante estar participando desta reunião, dentro da nossa quebrada aqui, entendeu? Mas é que nem o Dora colocou: daqui vai sair o quê? Queremos saber. Não adianta vir aqui dizer que vai acontecer e depois cair no esquecimento. Vai pra mídia, não vai acontecer mais nada. E, depois, chega um e-mail para o Dora: “*Nós estamos vendo*”. E aí fica ao deus-dará.

Aí acontece outra chacina dessa que aconteceu de novo. Aí, nós fazemos outro velório aqui dentro da nossa quadra, aqui na Associação, entendeu? Fazemos umas cinco, seis garrafas de café ali — seu Alcides faz lá — para as mães, para os parentes se controlarem, como se o café fosse um calmante, e acaba nisso. Chega a eleição, candidatos saem daqui de dentro da nossa quebrada, ganham votos e nos esquecem. E como ficam os filhos deles? Ficam como mais um na rua, sem o apoio de ninguém. Se não tiver a Associação dentro da nossa comunidade, aí ficam mesmo. Você fica sem o pai, fica sem a mãe e fica um menino de rua.

Mas, graças a Deus, a gente tem esse trabalho aqui, esse projeto, já há 25 anos, entendeu? Faz uns 5 anos que eu estou aqui com o Dora, com a Cleide, fazendo esse trabalho juntos. A gente vai levando, empurrando como dá. Um ajuda aqui, outro, ali, e vamos educando as crianças.

E eu espero que, a partir de hoje, desta reunião, saia alguma coisa de útil, de luta, principalmente para essas mães que perderam os filhos, entendeu?guardo uma resposta de vocês todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Vamos ouvir agora a D. Rosângela, mãe do Bruno Wagner, que foi vítima de assassinato no Jardim Macedônia.



A SRA. ROSÂNGELA SALES DOS SANTOS - Bom dia a todos! Obrigada por esta oportunidade de estar aqui. Agradeço ao Dora e à esposa dele, que sempre estão se lembrando de mim e não deixam que caia no esquecimento o que aconteceu com o meu filho, porque, para mim, vai ser eternamente... Cada dia, eu tenho que matar um leão para sobreviver. Se não fosse Deus na minha vida, eu nem estava mais aqui contando essa desgraça que aconteceu na minha vida.

O meu filho foi um filho... Foi e é, porque eu não digo: “*O meu filho morreu*”. Ele vive dentro de mim.

Eu fiquei viúva muito cedo em Campinas. Meu marido, um rapaz muito trabalhador, foi vítima de um assalto e morreu também por bala. Tive que ser o pai e a mãe dos meus filhos. Minha mãe, que está aqui, e meu pai, que já faleceu, ajudaram a criar meus filhos. Tive que ensinar meus filhos a trabalhar cedo e a gostar de trabalhar. Muitos falavam: “*Você vai ser presa, porque você está colocando os seus filhos para trabalhar*”. Eu era vendedora ambulante, com muito orgulho. Os meus filhos iam comigo e aprenderam a ser trabalhadores dignos e honestos.

Mais tarde eu me formei técnica de enfermagem, graças a Deus, com o fruto do meu trabalho e a ajuda dos meus filhos.

O meu filho Bruno Wagner se tornou repositor de mercado. Ele era um menino muito querido, muito obediente, muito amoroso. Toda vez que ele estava trabalhando lá ele falava: “*Mãe, a senhora vai comprar alguma coisa agora lá embaixo?*” “*Por quê?*” “*Porque eu fiz uma pilha de sabão em pó. Fui eu que fiz. Passa lá para a senhora ver que lindo que ficou*”. Meu filho tinha orgulho de tudo o que ele fazia.

Nesse dia, foi a minha folga. Ele tinha acabado de chegar do serviço, no Jardim Macedônia, e ele chegou com muita fome. Ele falou: “*Mãe, a janta já está pronta?*” Falei: “*Está quase pronta*”. Falou: “*Enquanto a senhora prepara, eu vou descer, até a pizzaria, e vou comprar um brotinho*” — brotinho é uma pizza pequenininha — “*até ficar pronto o jantar*”. “*Está bom*”.

Quando o meu filho tinha acabado de descer, de sair de casa, ouvi tanto tiro, que parecia uma queima de fogos da entrada de ano novo. Muito tiro — muito, muito, muito. Aí eu lembrei que meu filho tinha acabado de sair de casa. Disseram



as pessoas que estavam ali — eu morava em frente a uma praça — que foi tanto tiro que clareou tudo. E foi bem na hora que ele estava passando. Segundo as pessoas dizem, esses caras, que estavam todos vestidos de pretos, de touca ninja, chegaram procurando uma pessoa. Essa pessoa estava escondida no bairro, e, quando essa pessoa apareceu, eles começaram a atirar muito, muito, muito, muito. A coisa foi tão feia que a arcada dentária desse rapaz caiu no chão — não do meu filho.

O meu filho recebeu sete tiros, porque é lógico que esse caras não iam parar de atirar para ele passar. Foi no momento em que meu filho ia passando. Eles estavam disparando tiros nesse rapaz. Até tenho a gravação. Pegou um tiro também no pé de uma pessoa que estava dentro de uma igreja evangélica.

Na hora em que eu saí, quando tinha parado tudo, quando eu me lembrei do meu filho, eu falei: *“Meu Deus, tomara que nesse momento ele tenha se jogado no chão”*. Eu imaginei que alguma bala tivesse pegado nele, porque era muito tiro. Quando eu saí lá fora, todo o mundo estava gritando: *“O Bruno, o Bruno, o Bruno!”* E eu nem sabia em que direção estava o Bruno. Todo mundo dizia: *“Socorre!”* Quando eu vi, estava o meu filho caído na calçada. Eu não pude ver os sinais vitais do meu filho, porque eu fui uma covarde, eu não tive coragem. *(A oradora se emociona.)* Foi triste demais. Desculpem-me!

Os vizinhos, parentes pegaram meu filho imediatamente. Quando tinha um acidente ali, se chamassem o SAMU, o bombeiro, uma viatura, demorava muito a chegar, mas, naquele momento, chegaram três viaturas. Quando meu filho era levado na direção da viatura, eles falavam assim para a gente: *“Eu não vou pôr ele na minha viatura, porque vai sujar o meu carro. Ele está sangrando”*. Aí voltávamos correndo com ele no colo para outra viatura: *“Por favor, socorre ele, para levá-lo no pronto-socorro”*. O pronto-socorro era como daqui até ali onde estão aquelas árvores. Era muito pertinho. Ninguém queria socorrê-lo, porque ia sujar o carro de sangue.

Aí vieram os vizinhos, revoltados, e ameaçaram tombar a viatura: *“Ou você socorre ou a gente vai virar esse carro, porque ele é um menino trabalhador, é um menino aqui muito querido”*. Aí eles jogaram meu filho como se fosse um saco dentro da viatura e fecharam o porta-malas. Aí, quando eles iam sair, me jogaram,



abriram a porta. *“Ela não vai.”* Aí os vizinhos diziam: *“Ela vai, sim, que ela é mãe”*. Aí eu entrei na viatura.

Eles saíram cantando pneu. Lá mais adiante, abriu a porta do porta-malas. A multidão foi correndo atrás: *“Olha, abriu!”* Eles nem se deram conta de que tinha aberto a porta do porta-malas. Aí eles fecharam e saíram cantando pneu.

Só que, em vez de eles irem para o hospital do Campo Limpo, eles já estavam desviando caminho para ir para outro lugar. Aí eu acordei e falei assim: *“Escutem, para onde vocês estão nos falando?”* Aí eles falaram assim: *“Ah, eu estou levando para o hospital. Vocês não queriam que ele fosse socorrido?”* Eu só chorava, chorava. Eles passavam nas lombadas numa velocidade tão grande que eu só ouvia o barulho do meu filho pulando lá atrás — aquele barulho horrível. Eu queria pedir que o levassem até o pronto-socorro, que lá ele seria colocado numa ambulância, no oxigênio, caso estivesse vivo, mas eles se negaram, não levaram.

Chegando ao hospital do Campo Limpo, o policial, ironicamente, olhou para mim e falou: *“É, mãe, o pessoal lá junto com você não falou que tinham sido os policiais vestidos de preto, de touca ninja? Já prenderam dois.”* Eu falei: *“Pelo menos a justiça da terra está sendo feita”*. Meu filho entrou no hospital. Lá ficou 2 horas — dizendo eles —, em atendimento. E eu chorava muito lá fora, clamando a Deus que meu filho sobrevivesse.

Aí vem um médico, estupidamente: *“O seu filho...”* Não tenho nada contra tatuagem, mas eu nunca quis que meus filhos fizessem tatuagem. Meu filho morreu em outubro. Em setembro, ele me falou: *“Mãe, eu fiz uma coisa sem a sua ordem. Eu não sei se a senhora vai me amar mais ou se a senhora vai odiar”*. Quando eu olhei, ele tinha escrito meu nome no braço dele. *(A oradora se emociona)*.

Aí, esse médico, no dia que aconteceu isso, falou: *“Seu filho, aquele lá da tatuagem, acabou de morrer”*. Ele foi tão grosso! De qualquer forma, ele ia me dizer que meu filho tinha morrido, mas ele chegou tão bruta. O outro cara que também que foi baleado, de quem caiu a arcada dentária, foi para o mesmo hospital. Então, eu acho que os médicos generalizaram. Mas, mesmo que cara fosse bandido, ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, não é mesmo? Só que o outro rapaz, aquele que eles foram matar, foi para o mesmo hospital em que meu



filho foi socorrido. Então, eu acho que os médicos devem ter generalizado, tratando ele como se fosse também...

Foi muito horrível. Foi uma coisa que eu não desejo para ninguém. Acabou a minha vida. Eles me mataram espiritualmente. Aqui só está o físico andando mesmo.

Então, toda a vez que eu tenho oportunidade, eu venho falar, para que o que aconteceu não caia no esquecimento.

E sem esquecer que sempre o DHPP me procura e me pergunta se eu já descobri alguma coisa. Outro dia eu respondi para eles: *“Eu não sou investigadora. Eu não vou atrás de nada, porque o meu filho era um rapaz trabalhador”*. Ele não tinha rixa; ninguém tinha raiva dele; ele não devia nada; ele não usava nenhum tipo de substância, que eu saiba; ele era um rapaz normal; ele trabalhava; ele era muito paquerador — ele paquerava. A única coisa que eu peço é justiça — e sempre. Como eu respondi assim, nunca mais me ligaram. Sempre, quando eles me ligavam, diziam que nunca tinham descoberto nada, que nunca tinham achado nada...

A vida é essa. Eu estou muito chateada mesmo. O Governo nunca me procurou. Nós ocupamos o Palácio da Justiça, falamos com os grandes lá dentro. *“Ah, a gente vai apurar, vai tomar uma posição, vai fazer alguma coisa”*. Ninguém nunca fez nada. Nada! Nunca me procuraram para saber se eu estava precisando de alguma coisa, porque o meu filho me ajudava, e muito, em casa. Eu não tenho casa. A gente paga aluguel.

Ele foi uma pessoa muito importante na minha vida. Ele faz muita falta para mim, para minha mãe, para os meus outros filhos. Então, para eles, pelo fato de a gente morar na periferia, ser preto e pobre, a gente é excluído, como se fosse mais um.

O caso do meu filho passou em muitas emissoras. Ficou na mídia mais ou menos 15 dias. Passou no programa do Caco Barcellos também. Eles vieram aqui. O Dora acompanhou essa matéria.

Eu peço a vocês, não só por mim, mas por tantas mães que estão aí chorando e não têm esta oportunidade de estar aqui, que essa violência não cresça, porque, quando eu vejo um policial na rua hoje... Antigamente, eu trabalhava no SAMU, e, dependendo da ocorrência, vai bombeiro ou vai policial militar. Hoje eu



tenho nojo deles, tenho medo deles, porque eles não oferecem mais segurança — para mim, não. Eu tenho medo. Antigamente, se eu visse um policial eu pensava: *“Vou alcançar eles. Quem sabe andando perto deles a gente corra menos riscos”*. Hoje eu fujo deles, eu tenho medo, eu tenho pavor, não gosto. Em toda profissão, há os bons e os ruins, mas para mim, eles são generalizados, para mim, nenhum deles presta.

Aqui fica a minha fala, eu agradeço o carinho e essa oportunidade. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muitas famílias, no caso aqui do Rosana, acabaram saindo daqui, a maioria das famílias se mudou por motivo de segurança, isso é a preocupação de todos eles.

Mas há um companheiro que vai falar aqui agora, que atua aqui próximo, numa entidade, o Capão Cidadão. Muitos o conhecem, é o Paulo Magrão. E, como ele era amigo do Lah e conviveu e convive com muitos dos familiares, queria que ele falasse agora. Com a palavra Paulo Magrão.

O SR. PAULO ROBERTO CLEMENTE DA SILVA - Bom dia. É... Escutando relatos assim, a gente vê o quanto é difícil para a gente falar sobre perda de pessoas. E, no dia 4, pela manhã, logo que eu abri a rede social, estava lá: *“DJ foi assassinado na periferia”*. Logo após isso, eu vi a foto do Lah. A gente vinha do 4 de janeiro, todo mundo estava chegando — o Lah tinha chegado no dia 2 —, da praia, final de ano e eu também... E a primeira notícia que nós recebemos do ano foi essa, assim, quando chegamos a São Paulo. Ficamos tristes e saímos para tentar entender. Vimos que, realmente, era uma coisa muito corriqueira o que estava acontecendo aqui, nessa região, essa questão de a polícia matar, tirar os resíduos e deixar as pessoas de alguma forma sem solução.

Eu, vendo o depoimento da... Como se chama? Da Rosângela... Os hospitais daqui da região têm essa questão do policiamento mesmo. Eu conheço muitas pessoas que estão com projéteis dentro do corpo, que não conseguem tirá-los porque sabem que a culpa... Vai ter que surgir um culpado.

Então a gente... Há muitas coisas acontecendo em torno desse medo. As pessoas aqui já estão contando o que realmente acontece nas áreas de conflito e o que o poder público tem feito. O Dora foi uma pessoa que contou, realmente, assim:



as associações, as associações de moradores de bairro têm chegado às pontas mesmo e tentado resolver esse problema, que não é o nosso problema, que é um problema talvez do País, mas que a gente pegou para tentar resolver de alguma forma.

E a implementação pública a gente vê que é muito pouca. Então a gente já... A primeira audiência aconteceu, a segunda, a terceira. Houve pouca solução, não houve solução praticamente nenhuma aos casos das vítimas reais que ficaram. Então você vê que os moradores mudaram, que as pessoas estão com medo na rua. Isso é uma coisa que a gente vem mapeando já há algum tempo. E os programas públicos não têm chegado à periferia assim, a gente não tem visto isso acontecendo. A gente conta o que acontece aqui, todo ano é a mesma coisa da política, a gente sabe que... *“Ah, acabaram as verbas, acabou isso e aquilo”*. E a gente sabe que não está acontecendo, porque o que a gente vê são jovens todo dia morrendo, a gente vê que, após os crimes de maio, o poder paralelo está aliciando várias atividades na periferia. E nós, como associação, estamos cuidando das crianças, dos jovens, fazendo linha de frente com muito medo também.

Então eu acho que a nossa questão do medo que a gente sofre é o medo da falta de justiça que impera no País, que a gente vê que não existe uma política de justiça adequada a essas comunidades que são mais, pode-se falar, carentes de justiça, não é?

Então, a minha palavra era mais essa, assim. A Débora eu acho que já falou tudo o que aconteceu na CPI. A gente sabe que essas milícias existem. Essas milícias têm toque de recolher; essas milícias intimidam a comunidade; elas colocam viaturas no escuro à noite. E ela faz do jovem a verdadeira vítima. Agora há a questão da maioridade penal, e a gente sabe que a maior vítima é o jovem. Se a gente não cuidar dos jovens, a gente não vai conseguir mudar a realidade do País. As áreas de conflito estão aqui para a gente tentar vencer. É isso. Obrigado.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Magrão.

Pessoal, como o nosso Presidente relatou no começo da reunião, hoje à noite, numa parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia



Legislativa, vai acontecer uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Todas as entidades e lideranças que puderem participar estão convidadas.

Aqui, na reunião, antes de conduzirmos para o final, queremos passar a palavra para algumas pessoas.

A ideia é que sejam palavras breves. No final, falarão a Deputada Leci Brandão e o Deputado Delegado Edson Moreira.

Concedo a palavra ao Gabriel Medina, que é de São Paulo e é Presidente da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal.

O SR. GABRIEL MEDINA - Obrigado, Deputado. Orlando Silva. Quero cumprimentar o Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Rosângela Gomes, o Deputado Delegado Edson Moreira, a Deputada Leci Brandão, o Vereador Gustavo Petta. Quero fazer uma saudação especial à comunidade, às lideranças, ao Claudinho, Coordenador de Políticas para a Juventude. Eu exercia essa tarefa no ano passado, e hoje o Claudinho tem esse desafio enorme. Também faço uma saudação especial aos moradores, ao Magrão, ao Dora, ao Gildo, ao Cleberson, ao Juninho, ao Edson, aos movimentos sociais que têm um papel fundamental nesse território. Cumprimento a Ângela Guimarães e o Junior, da SEPPIR.

Só para reforçar que esse território é marcado pelo tema da violência. Aqui, nós lembramos os grupos de extermínio que atuaram durante muito tempo. A gente vinha falando sobre isso no ônibus. O Cabo Bruno participava do que historicamente a gente chamava de grupos de extermínio da polícia que atuaram na Zona Sul de forma muito intensa. De certa forma, houve algumas mudanças, algumas melhoras, com muita força do movimento social de luta e organização. Há o Fórum em Defesa da Vida, que atua com manifestações todos os anos, mas infelizmente esses episódios continuam a acontecer. Neste ano, tivemos recentemente duas chacinas no Jardim São Luís. A gente acompanhou isso, quando estava na Prefeitura.

A Prefeitura de São Paulo aderiu ao Plano Juventude Viva. Eu queria falar sobre isso, porque acho que é importante. Temos aqui dois articuladores do Juventude Viva que são do território. Temos um edital de projetos. Eu acho que, obviamente, as reclamações e as críticas são bastante contundentes e legítimas, mas a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Governo Federal, tem tentado



buscar alguma resposta com a ampliação dos investimentos e a prevenção da violência contra a juventude negra.

Nós temos a avaliação de que, a partir desse segundo Governo da Dilma, esse tema não entrou como deveria na agenda. Esse tema deveria ser mais prioritário, com mais investimentos. É esse o esforço que estamos construindo neste momento. O Governo Federal está fazendo o esforço de pensar num pacto pela redução dos homicídios, para que o Juventude Viva possa estar somado a uma agenda de Estado. Nós compreendemos que esse tema da violência tem que ser como é o Programa Minha Casa, Minha Vida, tem que ser tratado como um PAC, com prioridade e acompanhamento estratégico por parte da Presidenta da República. Nós achamos que esse é um movimento que temos que fazer. Esse tema tem que estar no centro da agenda do Estado. Hoje, é isso que a gente tem construído, elaborado, pensado.

Por fim, quero dizer que, além das ações de prevenção mais estruturais, mais universalizantes, de acesso à educação e a pontos de culturas que precisam chegar — e muitas vezes há dificuldade em chegar —, nós vamos ter uma atenção especial para jovens que já estão envolvidos em atos infracionais ou jovens que estão envolvidos no crime.

É importante dizer que há o problema da polícia, mas também há o problema de jovens contra jovens, de disputa de território, do crime organizado. Não podemos esquecer isso. É importante dizer também que também temos que olhar para essa realidade. Nós temos que ter uma atenção especial para isso, na minha opinião. E a gente tem tentado pensar nisso para os jovens que estão nas medidas socioeducativas ou que estão saindo das medidas socioeducativas e que são abandonados pelo Estado ao fazer 18 anos. Não é à toa que o maior indicador, a maior incidência de mortes de jovens é aos 19 anos, porque o Estado abandona completamente esses jovens, ou ele vai para o sistema carcerário ou ele morre, uma trajetória marcada por violência, enfim.

Então, nós estamos estudando e pensando alternativas de investimentos para fazer uma política que seja mais sofisticada, mais ousada, inovadora e que consiga trabalhar com essa perspectiva de um investimento concentrado nessa juventude, porque as políticas universais não chegam até eles. Eles já estão em uma situação



de muito mais vulnerabilidade e não vão voltar para a escola, não vão voltar para os equipamentos públicos, vamos dizer assim, e a gente precisa pensar em um investimento em políticas específicas para isso.

Eu tenho certeza de que a Prefeitura de São Paulo vai ser parceira, tem sido parceira, na perspectiva de a gente implementar uma experiência inovadora em São Paulo também em relação a esse tema.

Então, é isso. Eu queria, enfim, agradecer o convite. A gente está fazendo também essas escutas, justamente para aperfeiçoar as nossas políticas. É um prazer estar aqui com vocês. Já pude acompanhar as outras audiências também. É um prazer estar aqui com vocês.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Alguém mais quer falar, quer usar a palavra?

Senão, eu... Claudinho. Soldado de folga no quartel...

O SR. LINDIVALDO JÚNIOR - Eu só gostaria de cumprimentar a comunidade. Eu sou da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR. Gostaria de prestar a nossa solidariedade e dizer que nós estamos aqui juntos, como Governo, nesse esforço para ter ações mais eficazes.

Então, era só isso. Estamos aqui acompanhando a CPI e queremos louvar o trabalho desta Comissão, que tem desenvolvido realmente um trabalho que a gente espera que dê frutos, para avançar na política.

Meu nome é Lindivaldo Júnior, eu sou de Recife e trabalho agora nessa instituição, nesse programa Juventude Viva. E a gente espera dar passos largos para, de fato, ter resolução dos problemas que a gente está enfrentando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Nós vamos passar a palavra para a Deputada Leci Brandão.

O SR. CLEBERSON DA SILVA PEREIRA - Bom dia a todos! Eu sou o Cleberson. Eu sou da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências e participo também do Plano Juventude Viva como articulador do Jardim Ângela.

Como participante do Fórum em Defesa da Vida, porque eu sou lá do Jardim Ângela, nós tivemos dois encontros lá para debater as questões da juventude,



depois das mortes que aconteceram lá no Jardim São Luís, na rua, no fim de semana.

Então, eu gostaria de ler a carta que a gente apresentou na audiência pública, no cemitério do Jardim São Luís, junto com o Comitê Juventude e Resistência e Mães de Maio, no dia 30 do mês passado:

“Por uma vida digna para os jovens e as jovens que vivem nas periferias de São Paulo.

O Fórum em Defesa da Vida, indignado com os homicídios de adolescentes e jovens da cidade de São Paulo, vem publicamente denunciar a alta concentração das mortes nos distritos da Zona Sul da capital: Jardim Ângela, São Luís, Capão Redondo, Campo Limpo e em outras regiões periféricas.

Repudiamos o que consideramos se tratar de um genocídio dos jovens negros que vivem nas periferias desta cidade, bem como as nebulosas circunstâncias dos crimes.

Sobre o genocídio dos jovens: exigimos uma apuração e investigação dos homicídios, assim como a responsabilização daqueles que cometem crimes contra os jovens que vivem nas periferias da capital; exigimos fazer cumprir as normas e demais resoluções, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, referentes ao transporte de vítimas por veículos da área da saúde, SAMU, e a manutenção do local desses crimes, o que, por sua vez, permitirá uma investigação adequada para os casos.

Consideramos urgente e necessário o reconhecimento público pelos entes da Federação, em especial, do Estado de São Paulo e da Polícia Militar, sobre as ações letais que envolvem os jovens moradores das periferias.

Requeremos indenização e atendimento psicossocial às vítimas e seus familiares.

Demandamos a instalação de ouvidorias independentes, capazes de acolher denúncias e proteger os denunciantes.

O Fórum em Defesa da Vida apoia a aprovação do Projeto de Lei nº 4.471/12, que cria regras rigorosas para apuração de mortes e lesões corporais decorrentes da ação de agentes de Estado, como policiais.

A desmilitarização das polícias;



Políticas públicas efetivas nos territórios mais vulneráveis;

Efetivação dos planos, programas e ações governamentais voltados à redução e prevenção das situações de violência nos territórios mais vulneráveis;

Compromisso da Prefeitura Municipal de São Paulo para o desenvolvimento de ações específicas voltadas à juventude das periferias;

Mais investimentos, revitalização e ocupação dos espaços públicos nos territórios mais vulneráveis;

Educação Integral e ampliação dos CEUs para toda a região da Zona Sul da capital paulista;

Ampliação dos programas e estratégias, na área da saúde pública, voltados aos jovens das regiões periféricas;

Construção de Centros para Juventudes numa perspectiva intersectorial e comunitária, além da ampliação da faixa etária dos jovens atendidos nos CJ (15 até 29 anos);

Editais mais democráticos para a cultura, a educação e o trabalho;

Profissionalização e Polos de Trabalho e Renda: oferta/ acesso de empregos para os jovens das periferias na perspectiva da economia solidária;

Mais investimentos em Mobilidade Urbana entre a região central e as periferias e entre as periferias.”

Então, é isso, gente. Eu, como jovem aqui desta região, eu tive oportunidade, através de um programa estadual de acesso à universidade, de estudar lá na PUC. Estudei lá por 2 anos e meio, e sempre a gente vinha fazendo uma brincadeira no ônibus, que era o seguinte, eu falava assim: “Se eu morrer, da ponte para lá, lá perto da PUC...” “Olha, um promissor estudante de economia.” “Agora, se eu morresse da ponte do Socorro para cá...” “Esse daí é suspeito. Esse negão devia estar envolvido em alguma coisa errada”.

Então sempre tem essa questão do negro, o preconceito. A gente quer desnaturalizar isso. A gente não quer ser lembrado mais como em 1997, como lugar de mortes. O lugar em que os jovens mais morrem em São Paulo.

Por que quando a gente pensa em jovem na periferia a gente pensa em problema, não é? A gente tem que pensar em futuro, em progresso. Os pais que têm



filhos nas regiões mais nobres, eles pensam: *“Poxa, esse meu filho aqui vai assumir as minhas coisas. Ele vai estudar lá fora, vai fazer intercâmbio”*.

E, quando a gente pensa no nosso jovem aqui, a gente pensa em quê? *“Olha, tem que tomar cuidado para ele não ser morto”*. Então a gente tem que desnaturalizar essa violência.

Então, esses daqui são os encaminhamentos que eu queria fazer, pelo Fórum em Defesa da Vida.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Mais dois aqui, antes dos nossos Deputados.

Pode falar primeiro o Claudinho...

O SR. CLÁUDIO SILVA - Bom dia a todos e todas! Eu quero cumprimentar, primeiro, a Câmara Federal pela iniciativa de criar uma CPI para debater este tema que há 500 anos o Movimento Negro denuncia, ou um pouco mais...

Segundo, quero agradecer à CPI por estar dando uma atenção a São Paulo, vindo a São Paulo, fazendo essa incursão aqui em São Paulo. Quero agradecer ao Deputado Orlando Silva, que construiu conosco, conjuntamente isso, durante esse período de construção dessa passagem da CPI por São Paulo; ao Deputado Reginaldo Lopes, por ser esse Presidente democrático, e aos demais Deputados da CPI, à Relatora.

Cumprimento o Gabriel Medina, cumprimento os articuladores do Juventude Viva aqui na cidade, que têm feito um trabalho de guerrilheiros nos territórios. Sou testemunha disso. Cumprimento as lideranças, cumprimento a Secretaria Nacional de Juventude, através do Gabriel e da Ângela. Cumprimento a SEPPIR, através do Júnior; os membros do Movimento Negro, que estão aqui: Julião, Edson França, Juninho e o Marcelo da Nação Hip Hop. Quero dar um abraço especial na Leci Brandão, nossa referência, nossa sempre madrinha, aguerrida Deputada, que tem feito uma luta tremenda na Assembleia Legislativa, principalmente a partir desse novo mandato, porque têm sido duros os embates lá na Assembleia, eu sei disso.

E, respeitosamente, cumprimentar as famílias que estão aqui, que têm passado por situações difíceis; não só já passavam antes dos acontecimentos, mas, agora, posteriormente, em razão da falta de respostas.



Eu queria dizer, Reginaldo, Orlando, Deputada Rosângela, Débora, aquela senhora, que, de fato, as periferias de São Paulo vivem uma situação de medo.

Em São Paulo, nas quebradas, não há promoção de direitos humanos. Em São Paulo, a situação que a gente vive é de total medo e apreensão cada vez que a gente tem que quebrar uma viela, virar um beco, entrar em uma favela, passar no entorno de uma comunidade. Eu sei porque eu vivo isso, pois moro em uma favela que tenha uma rede de proteção muito forte. A Favela Monte Azul talvez seja a favela da Zona Sul que tem a rede de proteção mais forte. Eu tenho chegado a casa, em razão da agenda de governo, por volta das 11 horas, da meia-noite, às vezes à 1 hora da manhã. A gente tem muito medo de quebrar a viela à noite, mas muito medo mesmo. Não sabemos o que vamos encontrar, se vamos encontrar um louco, se vamos encontrar alguém atirando, se vamos encontrar alguém de quebrada que vai fazer alguma coisa. E todo mundo, sem exceção, que mora na periferia, hoje, é alvo dessa violência. Todo mundo que vive na periferia, hoje, convive com isso cotidianamente, em todos os momentos da sua vida.

Os espaços públicos são malfrequentados, porque as pessoas são obrigadas a não valorizar esses espaços, e assim a cultura da violência toma mais conta do pedaço. A violência é tão presente na nossa vida que não conseguimos sair de casa. Nós temos medo de sair de casa. Nós temos medo de deixar os nossos filhos saírem de casa, para não acontecer o que aconteceu com o Bruno Wagner. Vejam: um menino que saiu de casa para fazer uma coisa. No meio do caminho se deparou com um monte de tiros, tomou 7 tiros, e hoje a mãe chora a perda desse menino aqui conosco, como tem chorado há 3 anos.

Essa é a situação de São Paulo. Hoje, São Paulo está ilhada pela violência. A violência está tomando conta. Nos últimos tempos, nós temos tentado dar uma resposta. E a resposta que achamos que seria possível foi o Juventude Viva, que tem uma característica de redefinição de trajetórias de vida, trazendo uma concentração de políticas públicas para esses territórios. A Prefeitura tem limitações ao enfrentamento da violência, porque ela não pode investigar, não tem controle da polícia. A Prefeitura pode agir, com essa história de revitalizar os espaços públicos, de redefinição de trajetórias de vida, oferecendo políticas públicas que deem conta dessas respostas e tal. Nos últimos tempos, temos tido um engajamento pessoal do



Prefeito nisso. O Prefeito reconhece que de 3 anos para cá o problema da violência nas periferias da cidade só se amplificou. Estamos construindo um relatório da nossa ação nossa aqui na cidade para entregar à CPI, hoje, algo bem sucinto e direto. Queremos construir esse relatório com base nos dados que temos da Prefeitura de São Paulo, de entrada, de provocação de morte; queremos uma coisa um pouco mais detalhada, para entregar à CPI até o final dos seus trabalhos, a fim de colaborar com o relatório da Deputada Rosângela.

Mas, de qualquer forma, é importante dizer que um caso emblemático deste ano é o da chacina no Jardim São Luís. Naquela ocasião, morreram 10 pessoas. A imprensa, quando foi projetar as informações, disse que, das 15 pessoas que tomaram tiro, morreram 10; 5 ficaram feridas. Das 15 pessoas que tomaram tiro, 6 tinham passagem pela polícia, como se a pessoa ter tido alguma passagem pela... Eu tenho duas passagens pela polícia, por exemplo; uma, eu fui interno na FEBEM; a outra passagem pela polícia, um desacato. Se eu tomar um tiro ali, eles vão falar assim: *“Não, ele tinha duas passagens pela polícia”*. É isso que eles vão dizer.

Mas o fato concreto é o seguinte. Eles tentam justificar a morte da pessoa pelo fato de ela ter tido passagem pela polícia. É bem interessante! Mas eles não disseram que, dentre as 10 vítimas fatais, havia um jovem de 14 anos, dois jovens de 17 anos, um senhor de 37 anos, que estava num churrasco em casa com a família. Acabou a cerveja, ele foi ao bar comprar cerveja e tomou 5 tiros no rosto — no rosto. Essa família não teve sequer direito de fazer o velório. Um pai de família, de 37 anos, chegou do trabalho naquela sexta-feira e resolveu se reunir com a família em um churrasco. Acabou a cerveja, ele foi ao bar. Ocasionalmente estava acontecendo a chacina, e ele tomou os tiros. Das cinco vítimas que não foram fatais, duas tinham 17 anos, um é *pizzaiolo*, o outro, professor da rede pública. O Orlando, de 31 anos de idade, é professor da rede pública e, graças a Deus, escapou. Por que não falam isto também: que tinha um professor da rede pública, que tinha um trabalhador, que foi lá comprar uma cerveja e tomou tiro, que tinha um menino de 14 anos que tomou tiro? Como se justifica a morte brutal de um jovem de 14 anos, de 19 anos, que trabalha, que chega em casa e fala: *“Mãe, vai lá no mercado ver como eu montei a sessão de sabão em pó”*, porque tem orgulho do que está fazendo, mesmo sendo um trabalho quase que em regime de escravidão?



Então, são essas as considerações que eu queria fazer.

Nós estamos aqui, com o apoio do Governo Federal, trazendo para São Paulo um atendimento psicossocial para as vítimas de violência, que vai trazer, como ponto mestre e impulsionador desse atendimento, a questão do racismo.

A gente acha que o racismo está muito presente. A gente acha que uma das questões com que a gente precisa trabalhar é a questão do racismo institucional. A violência, é bom que se diga, não atinge só quem está vivenciando os meios urbanos. A gente sabe que a cultura de violência atinge a população LGBT, a população de terreiro, como atingiu, outro dia, uma menina de 11 anos de idade no Rio de Janeiro. E essa população, por mais democrático que seja o Governo, não é ouvida. A gente não sabe o que essas pessoas estão pensando. A gente faz um esforço tremendo para ouvir a população, mas tem gente que está sendo oprimida dentro de casa, na sua comunidade, em lugares em que não há, como eu disse aqui, política de promoção dos direitos humanos.

Então, eram essas as considerações.

Eu queria agradecer e parabenizar, mais uma vez, a CPI e todos que tiveram coragem de estar aqui para poder dar esses subsídios para a CPI.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Pessoal, antes de os Deputados falarem aqui, há mais duas pessoas para falar. Nós vamos ter que, depois de ouvi-las, seguir, porque está marcado, às 11h30, na Fim de Semana, aqui no Jardim de São Luís...

Então, pode ser já, Renato? Gildo falará depois.

Vamos ouvir Renato, Gildo, Leci e o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. RENATO AMARO TORRES - Bom dia para todos.

Eu me chamo Renato Amaro Torres. Sou um dos fundadores do bairro. Desde 1971, estamos aqui nessa peleja, nessa guerra. Hoje, a (*ininteligível*), se encontra aqui nesta reunião, que é muito importante para nós...

Eu agradeço aos nobres Deputados e a todos, aos convidados de Campinas, do Rio de Janeiro, que estão presentes nesta ocasião em que nós estamos conversando para haver uma melhoria para este lugar, e não só para ele, mas para



toda a região: norte, sul, leste, oeste. Nós vamos conseguir, com a força de nós todos, levar essa pauta para frente.

Enfim, eu sou o Renato, sim. Eu sou assessor do Vereador Abou Anni, da Câmara Municipal de São Paulo. Faço a parte técnica na rua. Eu fico mais na rua do que lá dentro da Câmara. Eu faço parceria também ali, na Assembleia Legislativa. Todas as quartas-feiras, eu estou ali, junto com o Sr. Zinca, em certas reuniões, por uma melhoria, também, do Estado, do Município.

Então, gente, eu quero dizer para vocês: essa situação que nós estamos enfrentando é verídica, é verdadeira. Se não fosse verdadeira, nós não estaríamos aqui. A violência, realmente, está demais, neste lugar, e não só neste lugar, mas em todos os lugares circunvizinhos desta região. Se nós formos ver pela televisão, pelo rádio, o norte, o oeste, a Zona Leste e a Zona Sul estão uma barbaridade.

Eu estava ouvindo um caso, agora, da época do Cabo Bruno. Realmente, ele é verdade. Quando eu era deste tamanho assim... Olhem para aquele morro, lá em cima, ali. Estão vendo aquele morro lá em cima? Ele era só mato. E o Cabo Bruno parava lá em cima, descia até aqui embaixo e começava a disparar tiro para o lado de cá, e nós tínhamos que correr. Nós todos, crianças, corríamos para dentro de casa.

E quando eu fiquei sabendo que houve esse fato, esse acontecimento, aqui nesta região, eu estava em Presidente Bernardes. Tudo bem? Não deu para eu estar aqui, não deu para eu estar no velório, mas a lágrima, onde eu estava, desceu, porque eram companheiros meus, de verdade, de criação. É por isso também que eu estou aqui: para ajudar, com a força. E eu creio que, com a segurança, nós vamos conseguir atingir muitas coisas.

Mais uma coisa que também estava aqui na minha mente é que, gente, nós precisamos de vocês da área de segurança! Nós sabemos que o fato que aconteceu aqui, do DJ, dessa categoria... Realmente, os policiais estavam presos. E agora eles fugiram, estão soltos. Vou deixar um ponto de interrogação, porque nesta mesma hora eles podem estar multando novamente e fazendo coisas piores.

Então, eu peço a todos da Câmara Municipal de São Paulo, da Assembleia Legislativa, do Palácio do Governo que nos ajudem nessa peleja. Nem que nós tenhamos que fazer uma passeata, juntemos todos, do norte, do sul, do leste e do



oeste, para que venha cair na mídia. A corrupção tem que acabar, a chacina tem que acabar.

Eu fico por aqui, agradecendo esta grande oportunidade que me deram. Agradeço a todos vocês que vieram de longe, aos nobres Deputados, à Leci Brandão e a todos os componentes aqui. Eu agradeço. Desejo tudo de bom.

Que Deus abençoe a mãe, o pai e os familiares de cada um que teve a sua perda.

Fiquem com Deus! Boa sorte para todos, está bem? Aqui eu deixo a minha mensagem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Renato.

Para finalizar, tem a palavra o Gildo.

O SR. GILDO JOSÉ DOS SANTOS - Bom dia a todos!

Embora o tema sobre o qual estejamos conversando aqui não seja do agrado de ninguém, saúdo a Mesa. Como hoje vocês estão no nosso território, mando um salve à Mesa, que é a forma como a gente se cumprimenta aqui, na quebrada, e como a gente troca uma ideia e sempre que vê um amigo.

Eu sou articulador do Plano Juventude Viva na cidade de São Paulo, neste território, Campo Limpo. À noite, eu vou fazer uma fala lá, mas será uma fala institucional. Aqui, eu estou falando como morador, como frequentador. É uma fala carregada de emoção.

E é impressionante como... A gente, às vezes, não parou para conversar sobre cada homicídio, mas eu moro no Jardim Mitsutani, um bairro que fica entre o Jardim Rosana, onde nós estamos, e o Jardim Macedônia, onde a D. Débora falou. E, da forma como as coisas acontecem, mesmo que nos relampejos da vida, aqueles jovens passaram pela nossa vida por algum tempo.

A gente teve uma oportunidade de conversar, de trocar uma palavra e saber que o filho dela era um sonhador, sonhava muito, assim como eu e outros jovens que nós temos por aqui. Perdão pela emoção, mas, para nós, essas mortes não são números; elas são nomes, são vidas e são projetos de vida interrompidos.

Hoje, a gente sabe que já faz muitos anos que o Cemitério Jardim São Luís é o cemitério que mais enterra jovens na América Latina. E a gente sempre coloca



essa questão, coloca essa pauta. A gente está denunciando essa questão do genocídio da juventude negra há muitos anos.

A gente trabalha no Plano Juventude Viva, no qual nós tivemos inicialmente como parceiro o Gabriel Medina e, agora, o Claudinho. E, juntos, vimos procurando soluções. Mas, essa pauta é colocada muito mais de forma publicitária do que como uma política pública de fato.

Aqui no Estado de São Paulo, ainda não temos implementação de política pública para a juventude. Na lei do Conselho Estadual da Juventude, o Governador escolhe todos os conselheiros.

E aí a gente vem para esta reunião aqui cansado de sentar com o Dora, ali, e praticamente chorar junto, porque a gente fica buscando alternativas, buscando soluções. E a gente vai vendo que as soluções estão saindo muito mais da força de vontade da sociedade civil e dos movimentos sociais do que do foco de política pública de forma massiva.

Eu citei aqui os companheiros Claudinho e Gabriel Medina. Eles estão nos órgãos de juventude nacionais e municipais, e as possibilidades de atuação deles não são as que deveriam ser. Eles não têm a visibilidade, não têm o orçamento que deveriam.

E aí, a gente — pegando um pouco do meu caso individual e do caso das pessoas que eu conheço —, há 2 semanas, 3 semanas, está correndo atrás. O filho do Wellington, o Perna, foi vítima de racismo na escola. Foi um caso gravíssimo! Eu nem vou abrir aqui todas as questões, mas há coisas que precisam ser aprofundadas.

A gente entende que o Estado é muito omisso em muitas coisas. E a gente também procura diferenciar o Estado do Governo, porque o Estado Nacional tem 500 anos de acúmulo de debate, de construção de leis, e essas leis foram nos privando dos benefícios que o Estado deveria nos trazer. E aí deixo uma questão que é a que está na cabeça da maior parte das pessoas hoje. Para que serve o Estado? Eu tenho essa resposta. Eu sei para quê. Mas muitos dos que estão aqui querem um Estado do qual eles se sintam parte, que eles façam parte dos objetivos desse Estado.



E, aí, quando a gente vai falar dessa questão, eu venho puxar mais atrás. Eu sou filho de nordestinos. Quando a minha família veio para São Paulo, a gente morou na região da Água Espraiada. Isso na década de 80, quando eu nasci. De lá para cá, a política pública que a gente conhece é uma política de distanciamento, é uma política de... A gente veio para cá forçado. Houve um incêndio, daqueles incêndios criminosos que sempre acontecem quando a especulação imobiliária entra no cenário político. E a gente foi jogado! A minha família está pela periferia de São Paulo. Eu moro aqui; tem gente na região do Grajaú; tem gente na Zona Leste. Só nos extremos!

Esse tipo de invisibilidade, em alguns casos, e de escolha do Estado não é novo. E, quando a gente vem a uma CPI, uma coisa em que a gente sempre pensa é na periferia, que é com o que a gente está sempre dialogando. Nós, que somos jovens, que chegamos agora e que, através do PROUNI e da expansão das universidades federais, podemos acessar o ensino superior, nos reunimos e procuramos conversar. Muitos casos foram escolha do Governo. E esse caminho criou uma inércia, um movimento do Estado para o sentido de negação de direitos. O que a gente não aguenta mais.

É importantíssimo que esta CPI, através desta conversa com as pessoas, de ir aos lugares, possa ter a legitimidade de propor que o Estado brasileiro saia dessa inércia. Que essas coalizões de governos e que os pactos federativos não continuem lesando a juventude dessa forma!

A juventude é o principal foco das agências publicitárias, das propagandas. E percebemos que o que tem de retorno para nós é simplesmente a marginalização das nossas iniciativas. Isso não é novo! Isso aconteceu com o movimento *hip-hop*; isso aconteceu com o samba; e agora vem acontecendo com o *funk* também. A gente espera que, da melhor forma possível, D. Débora, e a gente sonha com isso — eu, que também tive vítima na família desde cedo. Com 9 anos de idade, eu achei o meu melhor amigo, que era o meu primo mais velho, um jovem, assassinado —, a gente possa, cada vez mais, humanizar esse tipo de trabalho! Que a gente possa, cada vez mais, entender que não são números, mas que se trata de vidas, projetos de vidas que são abortados! Pela forma que isso se dá, a sociedade civil entende que há a convivência do Estado.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Com a palavra a Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - Bom, que Deus abençoe, proteja e ilumine todas e todos que aqui estão respeitando todas as religiões!

Eu quero, só para encurtar o tempo, saudar aqui o Deputado Reginaldo Lopes, nosso sempre camarada, o Deputado Orlando Silva, o Deputado Edson. Deputada Rosângela, parabéns por ser mais uma mulher negra no empoderamento e Relatora de uma CPI tão séria como esta.

Eu quero cumprimentar o Gustavo Petta e o Juninho, uma pessoa que eu admiro muito. A maioria da sua fala na USP é quase tudo o que foi dito aqui por essas senhoras e por esses rapazes.

Eu quero dizer o seguinte. Eu tenho que fazer um mea-culpa aqui, porque quando o Doraci, que vocês chamam de Dora... Eu já estive aqui, neste espaço, em campanha política; inclusive, muito bem recebida e tal. Eu queria dizer para as pessoas que estão aqui, os moradores, os cidadãos e as cidadãs, que a gente, eu, pelo menos, me sinto extremamente frustrada, porque eu pensava que se você chegasse a uma Assembleia Legislativa, você como Deputado Estadual, poderia fazer muita coisa. Mas o Legislativo, infelizmente, neste Estado, tem muito pouca possibilidade quando você é de um partido progressista. Quando você não é da base do Governo, você tem um monte de dificuldades para poder ter as suas coisas aprovadas. Esse moço que está aqui é testemunha do que a gente tem feito em relação à questão.

Deputado que é empresário, que tem muito dinheiro, pode abrir a carteira, dar cheque, mandar ir à empresa dele e resolver os problemas das pessoas. Agora, Deputado que não tem grana, que é trabalhador, que vive unicamente do seu trabalho parlamentar tem que seguir como? Ele tem que fazer uma emenda parlamentar, que agora vai mudar — eu não sei se vocês já sabem, mudou tudo —, ou então tem que bater na porta dos Secretários.

Eu nunca tive vergonha de bater na porta de ninguém, porque eu sou uma mulher corajosa. Eu sempre fui guerreira. Eu não tenho medo de nada. Eu tenho medo da justiça de Deus. Você se reúne com o Secretário, explica todos os motivos,



todas as demandas, todas as reivindicações. E ocorre o que vocês disseram aqui com muita propriedade: “*Nós vamos resolver. Pode deixar que nós vamos mandar lá a assessoria e tal*”. Aí você volta, faz uma, duas, três, quatro cinco reuniões. Eu já perdi a conta do número de vezes que fui lá para resolver a questão de moradia. O povo está querendo morar e tem esse direito. Eles contam uma história linda para você, dizem que vão mandar os técnicos. E não se resolve a coisa.

Então, passaram-se 4 anos. Graças a Deus, vocês me reelegeram. Eu estou na luta de novo. Mas qual foi a minha mudança? A primeira coisa que eu fiz foi fortalecer a nossa equipe com pessoas que podem estar na ponta. Não adianta ficar dentro da Assembleia de gravata, dizer que é assessor da Leci e não resolver coisa alguma. Você tem que ter pessoas que sejam legítimas e que estejam lá na ponta, no bairro, seja onde for, para tentar resolver melhor os problemas das pessoas.

Vocês falaram em Jardim Ângela. Eu ouvi aqui um monte de lugares. Em todos eles eu cantei. Inclusive, quando eu cantei no Jardim Ângela, estava o maior BO, ninguém queria ir lá. A gente foi, porque, graças a Deus, na periferia eu sempre tive entrada aberta. Todo mundo sempre abriu as portas para a gente.

Agora, eu fico extremamente envergonhada em ver que há uma grande má vontade de resolver problema que é ligado ao povo. Quando você fala de periferia, quando você fala de genocídio da juventude negra, fica todo mundo olhando para a sua cara. Eu já falo há muitos anos da questão do genocídio, da questão de racismo institucional. Nada aqui é novidade para mim. Nada do que foi falado aqui é novidade para mim, porque, como bem disse a Rosângela, esse assunto acontece no nosso País, em Recife, em Mato Grosso, em Minas Gerais. Só que São Paulo, Deputada, é o Estado mais rico deste País. São Paulo é o Estado que tem mais gente. São Paulo é o termômetro da Nação brasileira. O que acontece aqui reflete no País inteiro.

Agora, o que adianta você ter um País rico, um País que tem um monte de gente inteligente, intelectual? Aqui, tudo tem que acontecer. No entanto, aqui é a capital do racismo, é a capital do preconceito, é a capital que sempre está perseguindo as pessoas. (*Palmas.*)

Tem um Deputado lá que é da bancada da bala. Eu fui a primeira pessoa que foi à tribuna tentar contrapô-lo. Eu não vou dizer o nome dele, porque o povo todo



aqui sabe. Ele foi para lá dizer que *funkeiro* era criminoso, que o pessoal do *funk* era um bando de criminosos. Por que saiu esse assunto? Por causa do tal pancadão. *“Não, porque o pancadão, aqueles criminosos, não sei o quê...”*. Eu pedi licença, ocupei a tribuna e disse para ele: *“Eu estou muito preocupada com o senhor aqui, porque eu tenho um projeto tramitando na Casa para colocar o funk como uma coisa musical e cultural de São Paulo, porque o funk é um segmento musical como qualquer outro”*. Nós fizemos um projeto sobre o *hip-hop*, o *rap*. Isso todo mundo sabe. Conseguimos colocar o samba como patrimônio cultural deste Estado. Quando você fala para defender essa juventude...

Eu disse para ele o seguinte: *“Qual é o lugar que o senhor vai dar para a juventude da periferia frequentar? À balada eles não podem ir. Não precisa nem falar da questão do dinheiro, é pela questão da roupa, pela questão da cor da pele. Já existe um preconceito de cara, não é?”* Onde é o espaço dessa moçada? *“Ah, mas no pancadão tem droga, tem isso, tem aquilo”*. Eu disse: *“Vocês podem botar um espaço específico para eles. Vocês podem botar um espaço para que eles possam fazer... O que vocês não podem é tirar a única forma que eles têm de se divertir, a única forma que eles têm de se comunicar”*. O negócio aqui em São Paulo é o seguinte: *“Vamos fazer uma limpeza. Vamos fazer uma higiene. Vamos tirar essa gente do caminho, porque essa gente atrapalha”*.

Então, minha senhora querida, que perdeu o seu filho, a gente já procurou a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública, tudo. A gente chega lá e leva todos esses problemas. As pessoas dizem assim: *“Os processos estão caminhando. Nós vamos tomar providências”*. E essa providência, infelizmente, nunca é tomada.

Eu sou de um partido que tem dois Deputados apenas. A nossa força é muito pequena. Agora, ouvi falar aqui que precisam de assistência, de psicólogos, de assistentes sociais. Nós estamos com um projeto naquela Casa — eu tenho que dizer isso. É uma vergonha — que está indo para o Colégio de Líderes há mais de 2 meses. Sabem para quê? Para ter abertura de vagas para psicólogos e assistentes sociais para o Tribunal de Justiça. Esse projeto vai para pauta toda semana, e ninguém se interessa em aprovar, porque o Governo não tem orçamento, não tem dinheiro. A gente sabe o que está acontecendo nas varas: as pessoas não estão



conseguindo resolver os seus problemas porque não há interesse em contratar essas pessoas.

Então, eu acho que a realidade política tem que ser colocada aqui. A gente tem que colocar que muita gente não tem interesse nisso. É uma Assembleia com 94 Deputados, que, na sua maioria, são empresários: empresários do interior, empresários que têm interesses em outras pautas, como a pauta do boi, a do milho, a do leite, a do mercado, a do transporte, a do ônibus. Como é que eles vão se preocupar com o povo? Não dá, meu povo! Fica difícil.

Para mim, essa data de hoje é extremamente importante, estou concluindo, porque há uma coragem, há uma ousadia e há uma força de vontade de Deputados do Congresso Nacional, que, ao invés de mandar o povo não sei para onde... A Assembleia Legislativa é horrível, não passa nada lá perto, é um lugar escondido, para o povo não ir para lá mesmo. E vocês vieram aqui primeiro, disseram aqui tudo o que poderiam fazer. Eu acho muito importante que comece a haver uma mudança, dentro do Congresso Nacional, de Deputados que querem mexer numa ferida antiga, a ferida de toda essa desmoralização que há no País em relação à polícia e à Justiça, que querem matar pobre. O pessoal só quer saber de executar pobre.

O medo que as pessoas têm de chegar aqui e dar um depoimento... É claro que as pessoas têm medo. Os caras fugiram. Quando vão aos lugares, vão encapuzados. A gente não sabe quem é. A gente não sabe nem se tem gente aqui ouvindo esta reunião. Então, todo mundo tem medo mesmo. Quem tem, tem medo mesmo. A gente sabe disso.

Então, a pergunta que alguém fez aqui — acho que foi o Wellington — foi: “*E, aí, o que vai acontecer depois disso?*”. Eu acho que foi feita essa pergunta. Eu posso garantir a você que, quando as pessoas vêm aqui, botam a cara para bater, põem o coração na mesa, eu tenho a plena certeza de que algum resultado terá que sair desta CPI, porque a gente tem que ter comprometimento. O povo, hoje, não quer mais saber de engano, o povo não quer saber de partido, o povo quer saber de pessoas, quer saber de pessoas que são comprometidas. Eu posso garantir que esses Deputados que estão aqui estão com muita determinação, com muita garra e com muita vontade.



Quero agradecer também pelo convite que o senhor acabou de me fazer. Vamos levar essa pauta para a Assembleia, para que haja uma Comissão que possa tratar especificamente disso.

Desejo que vocês continuem com muita confiança, com muita esperança. A gente não pode perder a esperança. Nem que a gente leve 2, 3, 4, 5 anos para conseguir, a gente tem que permanecer. Por favor, a Assembleia Legislativa é a Casa do povo. Qualquer pessoa pode ir lá, qualquer pessoa pode frequentar, qualquer pessoa pode nos procurar.

Quero agradecer, mais uma vez, a atenção e pedir que Deus proteja, abençoe e ilumine todos vocês.

Muito obrigada por tudo, caro Deputado Orlando Silva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputada Leci Brandão.

Antes de encerrar a reunião, vamos ouvir o Delegado Edson Moreira, Deputado Federal por Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom dia a todos!

Vou ser muito breve, porque o tempo urge. Nós estamos aqui para ouvi-los, para saber dos problemas e tentar buscar as soluções. O que o Legislativo vai fazer? Vai encaminhar todos os problemas de vocês e vai fazer os projetos de lei. É claro que a lei é muito antiga. Há procrastinação nesses processos. Procrastinação é o seguinte: é empurrar com a barriga para frente. Então, os advogados, com habilidade e com os buracos da lei, levam tudo, e o negócio fica *ad eternum* para ser julgado na Justiça. É por isso que até agora esse pessoal não foi punido.

Há a dificuldade da apuração, da investigação, da busca das provas. Quando o projétil fica dentro do corpo, é lá no IML que aquele projétil vai servir de prova para fazer a microcomparação de percussão, a microcomparação do projétil, para saber qual arma matou aquela vítima.

Então, nós apresentamos um projeto na Câmara Federal, que é o recurso adesivo, para acabar com esse tanto de recursos que o pessoal utiliza só para procrastinar. Isso fica 10 anos, 15 anos correndo por aí.

Mais tarde nós falaremos mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputado.



Para concluir esta reunião, quero dizer que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como o nosso Presidente falou no início, é feita para investigar determinado assunto, determinado tema. A partir do resultado que vai ser apresentado pela nossa Deputada Rosangela Gomes, que é nossa Relatora, o trabalho final é fruto de reuniões como esta, de audiências que vão acontecer em vários pontos do Brasil, é fruto da coleta de dados, de informações, de pesquisas, de estatísticas públicas, é fruto de audiências com especialistas, com pesquisadores. Mas, para nós, é muito importante esse tipo de encontro, para irmos além dos números, como falou o Claudinho aqui. Nós falamos em 30 mil jovens mortos por ano no Brasil. Isso é estarrecedor. Por trás desses jovens, há pais, filhos, mães, maridos, esposas.

Então, é importante colher essa impressão, esse sentimento de vocês, para que isso influencie no relatório final que vai ser elaborado por esta CPI. Evidentemente, uma CPI pode fazer recomendações para enfrentar casos concretos de impunidade. É por isso que nós estamos aqui. É importante conhecer o caso do menino Wagner, conhecer o caso da chacina que aconteceu aqui. O DJ é um exemplo porque era um artista conhecido, mas foram muitas outras vidas. De agora até o fim de semana, nós vamos sair daqui para conhecer esse caso que todos acompanharam, recentemente, há pouco tempo, que também foi de uma brutalidade atroz.

Portanto, nós podemos, por exemplo, pedir deslocamento de competência, para que, no âmbito federal, seja feita a investigação e mesmo o julgamento, se nós sentirmos que não há chance de você cumprir a punição dos responsáveis já identificados. Esse é um desdobramento concreto que pode acontecer, assim como — em conversa com a Débora, ficou claro que há uma falha grave na assistência jurídica do acompanhamento do processo — nós poderemos atuar para que haja o adequado acompanhamento do processo no caso das mortes que aconteceram no Rosana.

Então, eu quero agradecer a cada um de vocês e dizer que é muito importante este momento em que realizamos esta nossa reunião. O nosso Presidente já construiu com o Presidente da Câmara o entendimento de que nós, após o encerramento dos trabalhos da CPI e a apresentação do relatório, iremos dar



sequência ao trabalho, não mais levantando informações, levantando casos, levantando observações. Uma Comissão Especial vai ser montada para elaborar um plano concreto de ação, para reforçar o que o Gabriel Medina falou, do Juventude Viva, e outras iniciativas no âmbito do Governo Federal e para estimular que Estados e Municípios também o façam. Não adianta só o Governo Federal fazer se o Estado e o Município não agirem.

Portanto, ao final desta CPI, deve ser criado um grupo que vai elaborar e aplicar, a partir de políticas públicas através do Poder Executivo nos vários níveis, ações para fazer do Brasil um país livre da violência brutal que atinge a nossa juventude.

Eu entendi o recado que foi dado aqui pelas lideranças quando cobraram ação do poder público, que pode ser dada em muitos planos. Circunstancialmente, estou eu aqui apenas de São Paulo, mas o Deputado Vicentinho, o Deputado Major Olimpio, o Deputado Roberto Alves e, se não me falha a memória, outros três Deputados de São Paulo também fazem parte desse grupo.

Fiquem tranquilos, pois eu vou levar esse registro, assim como vou registrar isso para o Governador do Estado. Haverá um encontro nosso com o Governador do Estado e com o Prefeito da cidade de São Paulo. A cobrança que foi feita aqui chegará aos órgãos competentes para que tomem medidas que colaborem com o enfrentamento da violência.

Agradeço, uma vez mais, a participação de todos e reforço o convite para hoje à noite, na Assembleia Legislativa. Quem puder siga conosco no fim de semana ao Jardim São Luís, só que teremos que ser rápidos, porque lá está marcado para as 11h30min e uma turma já está nos esperando. Lá não há uma estrutura como essa aqui para nos receber, então, vamos caminhar pela rua mesmo. É importante que nós possamos seguir rapidamente para lá.

Está encerrada esta reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)